



TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE COMPROMISSO
QUANTO À
CONFIDENCIALIDADE DAS
INFORMAÇÕES DECORRENTES
DE ACESSO REMOTO A
SISTEMAS E SERVIÇOS DA
REDE CÂMARA, CELEBRADO
ENTRE A CÂMARA DOS
DEPUTADOS E ASPER
TECNOLOGIA EIRELI

A CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 005.303.520/001-59, neste ato representada pelo Diretor-Geral, o Senhor CELSO DE BARROS CORREIA NETO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Brasília-DF, e ASPER TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica com sede na SHIS QI 03 CL BLOCO F SALAS 101, 102 E 103 LAGO SUL – BRASILIA/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.538.196/0001-42, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente EMPRESA, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O objeto deste Termo é prover a necessária e adequada proteção da **CÂMARA DOS DEPUTADOS** quanto ao tratamento e divulgação de informações confidenciais, sigilosas ou de acesso restrito a que a **EMPRESA** venha a ter acesso, por qualquer meio, em razão da concessão, pela **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, de acesso remoto a sua rede corporativa de dados e a serviços e sistemas nela providos, doravante designada como **REDE CÂMARA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

2.1. Muito embora não seja objeto da concessão de acesso remoto a transferência de informações, no caso de a **EMPRESA** tomar conhecimento de informações sigilosas ou de uso restrito da **CÂMARA DOS DEPUTADOS** em função da prestação de serviços pela **EMPRESA**, firma-se o presente Termo visando a resguardar a **CÂMARA DOS DEPUTADOS** de eventual má-utilização ou repasse a terceiros não



autorizados, tanto pessoas físicas quanto jurídicas das referidas informações, sob pena de responder por suas responsabilidades nos termos da lei.

2.2. A **EMPRESA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que venha ter acesso, que deverá ser tratada como informação sigilosa.

2.3. Deverá ser considerada como informação confidencial, toda e qualquer informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: cópias, relatórios, documentos, arquivos, configuração do equipamento, programas de computador, senhas, dispositivos de armazenamento e outras informações que de algum modo possam ser obtidas por meio do acesso à **REDE CÂMARA**, doravante denominados "INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS", a que, diretamente ou indiretamente, a **EMPRESA** venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão da prestação de serviços à **CÂMARA DOS DEPUTADOS**.

2.4. Compromete-se a **EMPRESA** a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso dessas **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** de forma diversa ao estritamente necessário à prestação dos serviços.

2.5. A **EMPRESA** deverá cuidar para que as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** fiquem restritas ao conhecimento de seus diretores, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões, negócios, manutenção dos equipamentos e operação dos programas de computador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

3.1. As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento não serão aplicadas a nenhuma informação que:

3.1.1. Seja comprovadamente de domínio público, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão da **EMPRESA**.

3.1.2. Tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos, de toda forma, ao presente Termo.

3.1.3. Seja revelada em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Estado, somente até a extensão de tais ordens, desde que a **EMPRESA** cumpra qualquer medida de proteção pertinente e tenha notificado a existência de tal ordem, previamente e por escrito, à **CÂMARA**



DOS DEPUTADOS, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

4.1. A **EMPRESA** se compromete e se obriga a utilizar toda e qualquer **INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL** exclusivamente para os propósitos deste Termo e da prestação de serviços à **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, mantendo sempre estrito sigilo acerca de tais informações.

4.2. A **EMPRESA** se compromete a não efetuar qualquer cópia da informação confidencial sem o consentimento prévio e expresso da **CÂMARA DOS DEPUTADOS**.

4.3. O consentimento mencionado no item 4.2 supra, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno, para os fins acima referidos, pelos diretores, empregados e/ou prepostos que necessitem conhecer tal informação, para os objetivos da prestação de serviços à **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, conforme cláusulas abaixo.

4.4. A **EMPRESA** compromete-se a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações.

4.5. A **EMPRESA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, bem como para evitar e prevenir sua revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **CÂMARA DOS DEPUTADOS**.

4.6. A **EMPRESA** deverá firmar acordos por escrito com seus empregados, funcionários e consultores, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

4.7. A **EMPRESA** compromete-se a separar as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** dos materiais confidenciais de terceiros para evitar que se misturem.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

5.1. Todas as **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS** que a **EMPRESA** venha a tomar conhecimento permanecem como propriedade exclusiva da **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, devendo a esta retornar quando do término da prestação do serviço pela **EMPRESA** ou imediatamente, quando assim requerido pela **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.



CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor a partir da data de sua assinatura, ou caso o acesso aos dados esteja concedido para possibilitar a execução de um contrato, a partir da data de assinatura desse contrato, e enquanto perdurar a natureza sigilosa ou restrita da informação, inclusive após a cessação da razão que ensejou o acesso à informação. [\(Cláusula com redação dada pela Instrução nº 2, de 13/3/2018\)](#)

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1. A violação de qualquer das obrigações mencionadas neste instrumento sujeitará a **EMPRESA** à aplicação das penalidades cabíveis, cíveis e criminais, nos termos da lei, obrigando-a ainda a indenizar a **CÂMARA DOS DEPUTADOS** a todo e qualquer dano, perda ou prejuízo decorrente de tal violação.

7.2. A **CÂMARA DOS DEPUTADOS** poderá ainda, propor qualquer medida, administrativa ou judicial, para impedir ou invalidar tais violações.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O presente Termo constitui acordo entre as partes, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos os acordos, promessas, propostas, declarações, entendimentos e negociações anteriores ou posteriores, escritas ou verbais, empreendidas pelas partes signatárias deste Termo, sejam estas ações feitas direta ou indiretamente pelas partes, em conjunto ou separadamente, e, será igualmente aplicado a todo e qualquer acordo ou entendimento futuro, que venha a ser firmado entre as partes.

8.2. Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste Termo ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, as partes solucionarão tais divergências, de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, e da economicidade e preencherão as lacunas com estipulações que, presumivelmente, teriam correspondido à vontade das partes na respectiva ocasião.

8.3. O disposto no presente Termo prevalecerá, sempre, em caso de dúvida, e salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações confidenciais, tais como aqui definidas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

8.4. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, 07 de fevereiro de 2023.

Pela CONTRATANTE:

Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral

Pela CONTRATADA:

Lucio Fittipaldi
Diretor